

RELATÓRIO INFRAESTRUTURA



Ano 11 • Número 6 • Julho de 2014 • www.cni.org.br

destaques do mês

Rodovias privatizadas em 2013 já têm 183 km de trechos em duplicação

Quatro lotes de rodovias federais leiloadas com sucesso no ano passado já tiveram suas obras de duplicação iniciadas, afirmou o Ministro demissionário dos Transportes, César Borges. No total, os trabalhos de duplicação em andamento somam 183 km de extensão nas estradas sob administração privada BR-163 (MT), BR-050 (GO/MG), BR-060 (DF/GO/MG) e BR-040 (DF/GO). Para iniciar a cobrança de pedágio, as novas concessionárias precisam concluir pelo menos 10% da duplicação total dos trechos sob sua gestão. Borges destacou que a BR-060 tem 70 km de duplicação em curso, na região do Triângulo Mineiro, e a BR-163 iniciou obras de 25 km nas imediações do terminal intermodal de Rondonópolis (MT). Ao todo, cinco lotes foram licitados com sucesso no ano passado. Apenas a BR-163, no trecho de Mato Grosso do Sul, não foi citada pelo Ministro. Em maio, foi leiloado também um trecho da BR-153, entre Anápolis (GO) e Gurupi (TO). (27.06.2014 - Valor Econômico)

Usina de Jirau será concluída com mais de um ano de atraso

A hidrelétrica de Jirau, em construção no rio Madeira, em Porto Velho (RO), vai entrar em operação com um ano e um mês de atraso. A informação consta do balanço da segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2). Pelo prazo original, a usina de 3.750 MW de potência deveria ser concluída em setembro de 2015. No balanço, porém, essa data é alterada para outubro de 2016. Hoje, Jirau tem oito turbinas em operação, de um total de 50 previstas. Cinco máquinas devem entrar em operação até agosto, segundo o balanço. O custo da usina, inicialmente previsto em R\$ 9 bilhões, já ultrapassou R\$ 17,4 bilhões. Uma série de fatores levou ao atraso nas operações da usina, desde diversas greves de trabalhadores a atos de vandalismo, que paralisaram seus canteiros de obra por mais de 500 dias, como alega o consórcio Energia Sustentável do Brasil (ESBR), dono da usina. Nos últimos meses, esses problemas foram ampliados por dificuldades técnicas na montagem eletromecânica das turbinas. (27.06.2014 - Valor Econômico)

Galeão pode superar marca de 22 milhões de passageiros ao ano em 2016

O Presidente do consórcio que opera o aeroporto internacional do Rio, Aeroporto Antônio Carlos Jobim, Luiz Teive Rocha, espera que o aeroporto supere a marca de 22 milhões de passageiros ao ano em 2016. Atualmente, a movimentação é de 17,3 milhões de passageiros ao ano. Em 25 anos a ideia é superar os 70 milhões de passageiros anualmente e voltar a se tornar a principal porta de entrada de passageiros do país. Hoje esta posição é ocupada pelo aeroporto de Guarulhos, em São Paulo. "O prazo para as Olimpíadas é desafiador, mas é realista", disse

painel

■ Edital do Leilão de Geração nº 6/2014 (A-5) está em audiência pública A Diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) aprovou, na reunião pública do dia 1º de julho, a abertura de audiência pública para obter subsídios e informações para a elaboração do edital do Leilão de Energia nº 6/2014 (A-5). O certame está previsto para ocorrer em 12/09 deste ano. Mais informações: www.aneel.gov.br



Rocha. O consórcio deve inaugurar 26 posições de embarque, uma área adicional de pátio e novos 40 mil m² de área comercial. Para isto, os investimentos até 2016 serão de R\$ 2 bilhões. Além dessas mudanças para garantir maior facilidade operacional, Rocha espera melhorias na sinalização, maior segurança no estacionamento e melhor operação de taxis. (26.06.2014 - Valor)

Atraso em eólicas custou R\$ 930 milhões ao consumidor, diz TCU

O atraso na construção de linhas de transmissão para usinas eólicas erguidas no Nordeste do país custou ao consumidor final um prejuízo de R\$ 930 milhões. O levantamento foi feito pelo Tribunal de Contas da União. O TCU auditou o processo de implantação dos parques de energia eólica na Bahia, Rio Grande do Norte, Ceará e Rio Grande do Sul. O propósito era identificar as falhas que motivaram o atraso na construção de linhas de transmissão. No período de julho de 2012 a dezembro de 2013, havia 48 usinas eólicas com as obras já concluídas, mas impossibilitadas de escoar energia por conta de atrasos nos sistemas de transmissão. Elas somam 1.262 MW de potência. O prejuízo de R\$ 930 milhões leva em conta os gastos verificados apenas neste período, já que o Governo precisa pagar as geradoras de energia que entregaram suas usinas, mesmo que essas não estejam operando. (24.06.2014 - Valor)

Saneamento: avanço da rede demanda investimentos de R\$ 30 bilhões em 20 anos

Uma das sete maiores economias do mundo, o Brasil ostenta a 112ª posição em um conjunto de 200 países no quesito saneamento básico, segundo estudo do Instituto Trata Brasil e do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), divulgado nesse ano. A pontuação do país no Indice de Desenvolvimento do Saneamento - um indicador que leva em consideração a cobertura por saneamento atual e sua evolução recente - foi de 0,581 em 2011. O índice brasileiro é inferior não só às médias da América do Norte e da Europa, mas também às de alguns países do Norte da África e Oriente Médio, nações de renda média bem mais baixa que a do Brasil. A situação do saneamento tem reflexos imediatos nos indicadores de saúde. A taxa de mortalidade infantil no Brasil foi de 12,9 mortes por mil nascidos vivos em 2011. Esse número é bem mais elevado que a média mundial, ou que o registrado em países mais pobres, como Cuba (4,3%), Chile (7,8%) ou Costa Rica (8,6%). Já a esperança de vida por aqui, de 73,3 anos em 2011, é menor do que a média da América Latina (74,4 anos). Em relação aos vizinhos mais próximos, o Brasil ficou muito atrás da Argentina (com 75,8 anos) ou do Chile (79,3 anos). Mais de 105 milhões de pessoas não são beneficiadas com a coleta dos esgotos no país, enquanto somente 37,5% do esgoto é tratado, ou seja, a maior parte dos dejetos são despejados sem passar por algum tipo de processo. Em casa, 13 milhões de brasileiros não possuem banheiro. Para o acesso à água e esgoto se tornar realidade em 20 anos, como pretende o Governo Federal, será preciso investir cerca de R\$ 30 bilhões. Segundo estimativas da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib), em 2012, a aplicação de recursos no setor chegou a R\$ 10,3 bilhões. (01.07.2014 -Adaptado de Saneamento Básico, o site)



Leilão do 4G deve ocorrer na primeira semana de agosto, diz Ministro das Comunicações

O Ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, confirmou que o leilão da banda 4G deve acontecer na primeira semana de agosto, se o Tribunal de Contas da União (TCU) não tiver questionamentos sobre o edital nos próximos 30 dias. Se isso acontecer, a venda fica para depois da eleição presidencial. Embora não divulgue valores, que estão sob análise do Tribunal, o Governo espera receber algo em torno de R\$ 7,5 bilhões, que reforçariam os cofres do Tesouro Nacional. Mas ainda pesarão no bolso dos investidores outros custos que ainda serão finalizados pela equipe técnica. As empresas vencedoras terão a obrigação de pagar o custo da migração dos canais de televisão aberta que funcionam na frequência de 700Mhz e terão de partir para outra faixa, e dos decodificadores que serão distribuídos para a população de baixa renda receber o sinal analógico. Esses recursos não serão pagos diretamente às empresas de radiodifusão, mas a EAD, que será criada com esse propósito especifico. O Ministro adiantou que o pagamento será feito em três parcelas de 30% mais uma de 10%. Todas as companhias que operam em TV aberta nesta faixa terão de ser indenizadas. Os ganhadores dos lotes do leilão terão de criar na Sociedade de Propósito Específico (SPE) para fazer o levantamento, mapeamento, logística de distribuição dos decodificadores e até para antecipar a migração das empresas de radiodifusão. (26.06.2014 - O Globo)

Especialistas ainda veem risco de País ter déficit de energia

As medidas do Operador Nacional do Sistema (ONS) para preservar os reservatórios e a decisão do Conselho de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) de manter todo parque térmico ativo estão funcionando, mas não devem ser suficientes para manter a operação segura por muito tempo. Especialistas alertam para o risco de racionamento e déficit de energia já no início de 2015. Para reverter a situação, sugerem que o Governo adote postura preventiva, e peça à população que economize energia. "Já deveríamos estar adotando alguma medida de economia de energia. O maior risco é 2015", afirmou o Presidente da Bolt Comercializadora, Érico Evaristo. Segundo o ONS, os reservatórios do Sudeste e Centro-Oeste (SE/CO) encerraram junho com 36,6% da capacidade máxima de armazenamento. A Região detém mais de 60% da capacidade de armazenamento do país. A expectativa é que o nível caia a 34% no fim de julho, e para 20% no fim do ano. O volume é metade do observado no ano passado, quando os reservatórios do SE/CO terminaram o período seco (outubro) em 42%. "É muito preocupante. Se as chuvas do período úmido [que começa em novembro] atrasarem, já é suficiente para entrarmos em 2015 precisando de racionamento", disse o consultor da Excelência Energética, Erik Rego. Para o professor da PUC-Rio, Alexandre Street, mesmo que o nível dos reservatórios esteja "estável", a situação não é confortável. "Chegamos ao início do período seco [em maio] com 38% dos reservatórios. Só no racionamento de 2001 vimos situação pior". E defendeu racionamento curto já, com corte de 6% a 8%. Outros especialistas consideram racionamento preventivo precipitado. "O ONS está agindo corretamente, tentando gerar o possível com as térmicas e preservando reservatórios. Mas o Governo poderia ter criado um clima com a população para evitar o desperdício", analisou o diretor-geral da Cesi no Brasil, Paulo Esmeraldo. O consultor da PSR, Luiz Barroso, lembrou que algumas situações conjunturais



parecem ajudar o discurso do Governo - e cita a demanda abaixo da projetada, em função da baixa atividade econômica, e a redução voluntária da carga de consumidores em função do alto preço no mercado de curto prazo. Mas afirmou que ainda restam preocupações. "A dificuldade de suprimento nos últimos anos foi causada porque a capacidade estrutural está menor do que o consumo. É a razão dos reservatórios terem esvaziado muito em anos onde a hidrologia não foi adversa, como 2012 e 2013", explicou Barroso. O problema, para ele, pode ser corrigido com contratação de reforço na capacidade de geração, adicional ao planejado, de 2 mil MW médios. Rego destacou que até agora a questão tem passado despercebida. As térmicas em operação foram previstas para gerar por até dois meses ao ano. Não são preparadas para funcionar tanto tempo sem manutenção. Há usinas em operação contínua desde setembro de 2012. "Algumas térmicas têm chance de começar a sair do ar por falta de manutenção. Alguns geradores querem parar por um mês, mas a multa é muito alta", disse. Ele e o professor da PUC-Rio apontam falhas no modelo de cálculo que determina o risco de déficit de energia. Para eles, o sistema é muito focado no curto prazo. "O modelo não consegue capturar a situação no grau de realismo necessário para representar o valor que a água tem hoje, para economizá-la para o futuro. Isto tem sido negligenciado e tem tornado a operação bastante frágil", disse Alexandre Street. Rego acrescenta que, pelo modelo, 12 GW térmicos deveriam estar operando, sendo que o Governo está despachando 16 GW. Isto reforça a tese de que não há margens na operação do setor, e endossa coro de especialistas que afirmam que o Governo está contanto com a sorte ao descartar risco de racionamento. (03.07.2014 - Valor Econômico)

TCU mantém impasse sobre arrendamento de portos

O Ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Raimundo Carreiro, pediu vista ao processo sobre os editais para o leilão de arrendamento de áreas no porto de Santos e em terminais do Pará no dia 04/07, suspendendo decisão de outros ministros do TCU que liberava a publicação dos editais. O pedido de vista de Carreiro ocorreu depois de o Presidente do TCU, Augusto Nardes, ter proclamado a aprovação parcial do processo. O recurso analisado pelo TCU referia-se a quatro das 19 exigências apresentadas em dezembro do ano passado pelo Tribunal para liberar os editais. As outras 15 exigências já foram atendidas pelo Governo, conforme o próprio TCU julgou em junho. Antes do pedido de vista de Carreiro, o voto do relator Aroldo Cedraz, havia acatado parcialmente os recursos do Governo. O voto de Cedraz atendia a principal reivindicação do Governo, que era o fim da exigência, pelo TCU, de tarifas-teto para os serviços prestados nos arrendamentos. (03.07.2014 - Estadão)



1. Energia Elétrica

1.1. Previsão para Entrada em Operação de Novos Geradores – Quadro Geral (ANEEL)

Previsão para Entrada em Operação (MW)

de 15 de junho de 2014 até 31 de dezembro de 2018

	, .									
Usinas Hidrelétricas (UHE)										
Cenário	2014	2015	2016	2017	2018	Σ				
Conservador	1.959	4.160	4.830	3.886	3.667	18.501				
Otimista	1.959	4.160	4.882	3.886	4.775	19.662				

Usinas Termelétricas (UTE)*							
Cenário	2014	2015	2016	2017	2018	Σ	
Conservador	967	800	0	50	1.405	3.222	
Otimista	1.092	936	100	60	2.055	4.243	

Fontes Alternativas - PCHs, Biomassa e Eólica (F.A.)							
Cenário	2014	2015	2016	2017	2018	Σ	
Conservador	2.173	1.995	66	34	15	4.283	
Otimista	2.310	6.077	2.467	859	195	11.909	

Somatório de UHE, UTE, F.A.							
Cenário	2014	2015	2016	2017	2018	Σ	
Conservador	5.099	6.954	4.896	3.969	5.087	26.006	
Otimista	5.361	11.173	7.450	4.805	7.025	35.813	

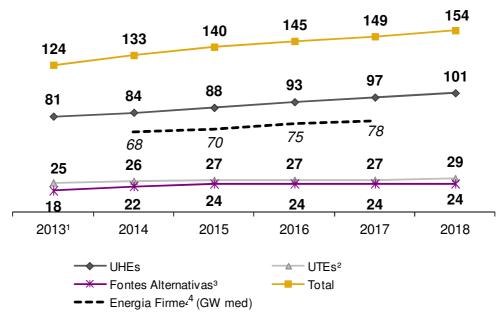
Fonte: Elaboração própria com dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) Cenário conservador: considera somente as usinas sem restrições à entrada em operação Cenário otimista: considera as usinas sem restrições à entrada em operação e as usinas com impedimentos tais como licença ambiental não obtida, obra não iniciada e contrato de combustível indefinido.

As estimativas divulgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) indicam, no cenário conservador, aumento de 3,8% ao ano na capacidade total de geração elétrica do País, considerando o período entre 15 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2018.

No cenário otimista, a previsão de expansão é de 35,8 mil MW no período 2014-2018. Nesse cenário, a taxa média de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica seria de 5,4% ao ano.

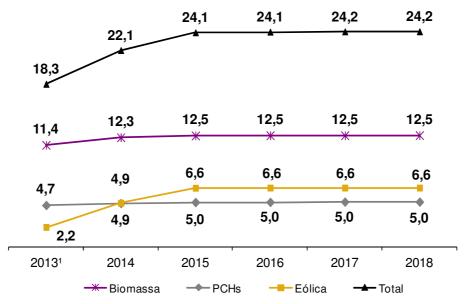


Previsão da Capacidade Instalada* (GW) e Oferta de Energia Firme (GW médios) Cenário Conservador



Fonte: Elaboração própria com dados da Aneel e da PSR Consultoria (Energy Report - Janeiro/2014).

Previsão da Capacidade Instalada - Fontes Alternativas (GW) Cenário Conservador



¹ Capacidade Instalada em 31/12/2013.

² UTEs movidas a carvão, gás natural, diesel e óleo combustível.

³ PCHs, UTEs movidas a biomassa e eólicas.

⁴ Energia Firme com 5% de risco de déficit, considerando uma redução de 4% na produtividade das usinas hidrelétricas e uma redução nas vazões da região NE para o valor observado nos últimos 20 anos.

^{*} Excluídas as Centrais Nucleares.

¹ Capacidade Instalada em 31/12/2013.



Entre 2013 e 2018, no cenário conservador, estima-se o crescimento de 24% da capacidade instalada no Brasil de usinas hidrelétricas (UHEs). O crescimento da geração térmica (UTEs), também no cenário conservador, deve ser de 14% no mesmo período. Em dezembro de 2013, a participação das UHEs foi de 65% na matriz elétrica nacional e deve aumentar para 66% até 2018. A participação na capacidade total instalada das UTEs deve cair de 20% em 2013 para 19% em 2018.

A participação das usinas térmicas à biomassa deve cair de 9% para 8% e das pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) deve reduzir de 4% para 3% em 2018. A previsão conservadora para a participação das usinas eólicas na capacidade total instalada, em 2018, passará de 2% para 4%.

A estimativa conservadora de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica, em 2014, é superior à estimativa de crescimento do PIB elaborada pela CNI, respectivamente, 6,7% e 1,8%.

1.1.1. Geração Hidrelétrica e Termelétrica

A previsão otimista prevê a entrada em operação de 19,7 mil MW de UHEs até 2018, enquanto a previsão conservadora prevê a entrada de 18,5 MW no mesmo período. Em outras palavras, 94% da potência prevista não apresenta restrição ao andamento dos trabalhos. Em relação às termelétricas, prevê-se alta capacidade para entrada em operação no cenário otimista, de 4,2 mil MW até 2018, sendo que cerca de 3,2 mil MW (76%) não apresentam restrição ao andamento dos trabalhos.

Em maio do ano em curso foi liberado o início da operação em teste da unidade geradora número 28 da usina hidrelétrica de Santo Antônio, cuja capacidade total monta a 3.580 MW. A máquina tem potência de 73,3 MW. Construída no rio Madeira, nas proximidades da cidade de Porto Velho (RO), a usina de Santo Antonio entrou em operação em março de 2012. Em novembro de 2016 a usina estará concluída e operando 50 turbinas. Por outro lado, o Operador Nacional do Sistema Elétrico validou a entrada em operação comercial da nona unidade geradora, de 75 MW, da usina hidrelétrica de Jirau, cuja capacidade total cifra 3.750 MW. Com essa nova unidade em operação, Jirau conta com 675 MW de capacidade já instalada. A empresa espera encerrar 2014 com 16 a 18 máquinas em operação.

Quanto ao suprimento em corrente contínua a São Paulo, o chamado "linhão" com 2.420 km de extensão liga Porto Velho a Araraquara. A malha dupla da conexão que escoará a energia do complexo gerador do Madeira está orçada em R\$ 3,2 bilhões e constitui um dos projetos mais atrasados do planejamento da transmissão. Leiloada em 2008, deveria estar em serviço em 2012. Segundo a Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade, da Aneel, o primeiro circuito que liga Santo Antonio a Araraquara foi concluído em agosto de 2013. Trata-se da linha de transmissão de corrente contínua em 600 mil Volts, com origem na subestação coletora de Porto Velho e término na subestação de Araraquara. O segundo circuito, com as mesmas características do primeiro, está atrasado. Não obstante, desde novembro do ano passado parte da energia proveniente do Madeira chega a Araraquara através do primeiro circuito. Com a conclusão das obras, prevista para 2016, o Sudeste receberá a maior parte da geração das duas usinas.

Como se os percalços que afetam a implantação da linha não bastassem, um novo problema prejudica o empreendimento: o roubo de cabos de alumínio das linhas, que podem ser usados na fabricação de utensílios domésticos, como panelas de pressão, e rodas de automóveis. No início de junho deste ano, cinco furtos levaram 11 toneladas de fios do trecho da Eletrobras/Eletronorte do "linhão" do Madeira. Os roubos atingiram 4,7 mil metros de cabos que servem como eletrodos de aterramento. O roubo dos cabos de aterramento desequilibra a operação das linhas.



1.1.2. Geração a partir de Fontes Alternativas

No cenário conservador, a contribuição das PCHs deverá ser de 356 MW de potência adicional até 2018. Já no cenário otimista, até 2018, devem entrar em operação um total de 1,9 mil MW.

As usinas a biomassa devem acrescentar, no cenário conservador, 640 MW até 2018. No cenário otimista, a contribuição adicional total dessa fonte pode chegar a 1,7 mil MW para o mesmo período.

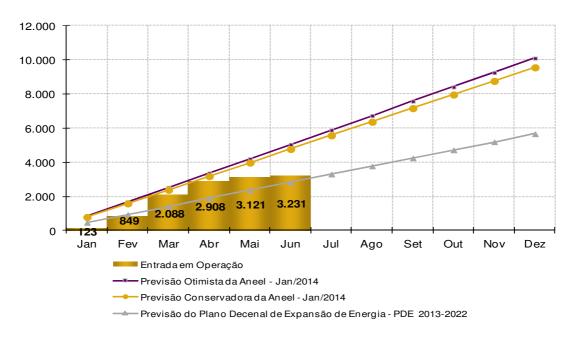
Apesar da alta capacidade prevista para entrada em operação de eólicas no cenário otimista de 8,3 mil MW, apenas 39% da potência (3,3 mil MW) não apresenta restrições para entrada em operação até 2018.

1.1.3. Expansão da Capacidade de Geração

O gráfico apresentado a seguir ilustra os acréscimos mensais de capacidade geradora no sistema interligado nacional. As linhas representam uma média teórica de entrada uniforme de capacidade geradora para que a previsão seja atingida.

Expansão da Capacidade de Geração em 2014 (MW)

De 1º de janeiro a 15 de junho de 2014

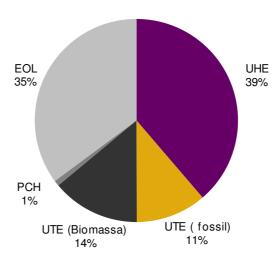


Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL e da EPE.

Em 2014, até 15 de junho, entrou em operação 3.231 MW. Desse total, as UHEs representaram 39% da potência total que entrou em operação totalizando 1,3 mil MW. As EOL representaram 35% totalizando 1,1 mil MW. As UTEs fósseis representaram 11% da capacidade instalada no período, enquanto as UTEs de biomassa representaram 14% do total. As PCHs até o período representaram apenas 1% da capacidade instalada.



Distribuição da Capacidade Instalada por Tipo de Usina (%) De 1º de janeiro a 15 de junho de 2014



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL.

1.2. Consumo de Energia Elétrica (EPE)

O mercado nacional de fornecimento de energia elétrica a consumidores livres e cativos atingiu, em abril de 2014, 39.472 GWh, apresentando um valor 2% superior ao observado em abril de 2013.

O consumo industrial de energia elétrica foi de 15.154 GWh, valor 3% inferior ao observado no mesmo mês de 2013. O consumo industrial de energia elétrica representou 38% do total de energia elétrica fornecida a todas as classes de consumidores em abril de 2014.

De acordo com a EPE, no acumulado do ano, o consumo industrial de eletricidade apresentou recuo de 0,5% na comparação com março.

Os principais efeitos negativos sobre o consumo continuam vindo dos segmentos de metalurgia, especialmente alumínio, e ainda, dos setores químico e automotivo. Dados da ABAL mostram que a produção de alumínio foi 18,5% menor que em abril de 2013. A siderurgia também registrou queda no consumo de energia que apresentou recuo na produção de aço bruto de 5,2% em abril. Assim como setor químico que apresentou queda na produção de 7,4% no acumulado do ano. Vale destacar que, em abril deste ano, houve dois dias úteis a menos que no ano anterior. Expurgando este efeito, o consumo industrial teria crescido 2,1%.

^{*} Inclui UTEs a óleo combustível, óleo diesel, gás natural e carvão.



Consumo de Energia Elétrica por Classe (GWh)

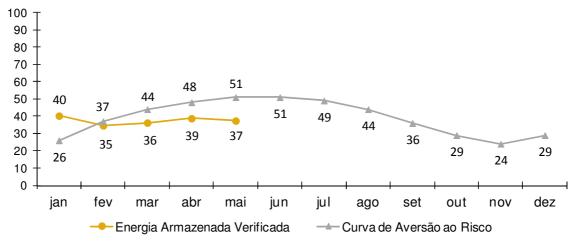
Classe	Abril	Abril	Var.	Jan-Abr	Jan-Abr	Var.
Classe	2013	2014	%	2013	2014	%
Residencial	10.301	10.776	5	42.026	45.667	9
Industrial	15.585	15.154	-3	59.903	59.764	0
Comercial	7.050	7.586	8	28.408	31.244	10
Outras	5.734	5.956	4	23.319	24.701	6
Total	38.670	39.472	2	153.656	161.376	5

1.3. Curva de Aversão ao Risco e Energia Armazenada Verificada (ONS)

As Curvas de Aversão a Risco estabelecem níveis de energia armazenada, vale dizer, requisito mínimo de armazenagem de energia, em base mensal, adotados como referência de segurança para o atendimento do Sistema Interligado Nacional. Para garantir o atendimento ao mercado e assegurar a capacidade de recuperação dos reservatórios, os níveis de armazenamento do reservatório equivalente de uma Região devem ser mantidos sempre acima dessa curva.

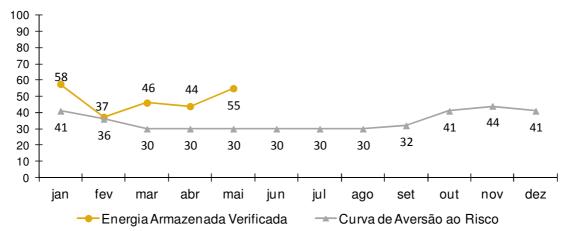
Em maio de 2014, a energia armazenada verificada subiu nas Regiões Sul de 44% para 55% e Norte de 90% para 93%. As Regiões Sudeste e Centro Oeste e a Região Nordeste caíram de 39% para 37% e 44% para 41% respectivamente. Ou seja, as outras Regiões apresentam indícios de que a capacidade dos reservatórios pode melhorar, porém ainda podem não ser suficiente para atender a demanda no período de seca, deficiência que deve ser suprida por importações de energia dos outros subsistemas ou por acionamento de termelétricas.

Curva de Aversão ao Risco e Energia Armazenada Verificada 2014 Sudeste e Centro-Oeste (%)



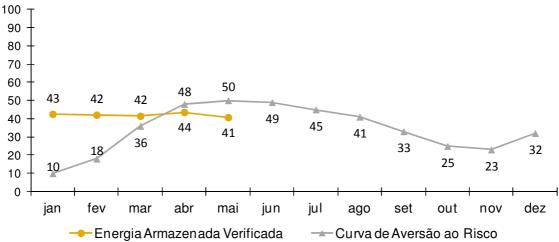


Curva de Aversão ao Risco e Energia Armazenada Verificada 2014 Sul (%)



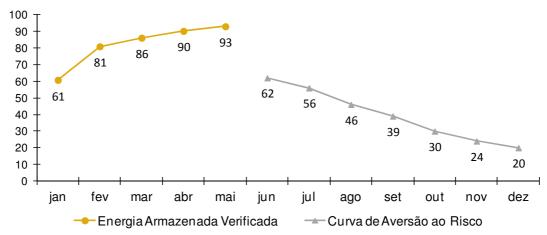
Fonte: Elaboração própria com dados do ONS.

Curva de Aversão ao Risco e Energia Armazenada Verificada 2014 Nordeste (%)





Curva de Aversão ao Risco e Energia Armazenada Verificada 2014 Norte* (%)



Fonte: Elaboração própria com dados do ONS.

1.4. Preço de Liquidação das Diferenças (CCEE)

O Preço de Liquidação das Diferenças - PLD é utilizado para valorar a compra e a venda de energia no mercado de curto prazo. O PLD é um valor determinado semanalmente para cada patamar de carga com base no custo marginal de operação, limitado por um preço máximo e mínimo vigentes para cada período de apuração e para cada submercado. Os intervalos de duração de cada patamar são determinados para cada mês de apuração pelo ONS e informados à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, para que sejam considerados no sistema de contabilização e liquidação. Em 2014, o PLD mínimo e máximo são, respectivamente, R\$ 15,62 e R\$ 822,83/MWh.

Na quarta semana de junho, o PLD não atingiu o valor máximo previsto pela CCEE de R\$ 822,83/MWh nas Regiões. Para carga pesada atingiu valor de R\$ 511,89/MWh nas regiões Sudoeste/Centro-Oeste, Nordeste e Norte. Enquanto para carga leve teve um máximo de R\$ 314,63 nas mesmas regiões. A região Sul apresentou valores baixos em todos os tipos de carga.

Preço de Liquidação das Diferenças - PLD (R\$/MWh) Semana 4 - Junho 2014 (Período: 21/06/2014 a 27/06/2014)

Carga	Sudeste/Centro- Oeste	Sul	Nordeste	Norte
Pesada	511,89	176,67	511,89	511,89
Média	503,70	176,67	503,70	503,70
Leve	314,63	92,43	314,63	314,63

^{*} A Curva Bianual de Aversão a Risco proposta para a Região Norte considera a hipótese de ocorrência das afluências do pior ano do histórico de Tucuruí para o Subsistema Norte – 1963. Aplicação da curva limitada ao período junho-dezembro de cada ano.



O cálculo da média mensal do PLD por submercado considera os preços semanais por patamar de carga - leve, médio e pesada, ponderado pelo número de horas em cada patamar e em cada semana do mês, para todas as Regiões.

O mês de junho de 2014 apresentou um PLD entre R\$ 206,12/MWh e R\$ 417,11/MWh. Esses valores representaram mais que o dobro dos preços observados em junho de 2013 no mercado atacadista, menos na Região Sul onde os valores foram muito próximos, apenas 1% abaixo do mesmo período de 2013.

Preço de Liquidação das Diferenças - PLD (R\$/MWh) Mensal

Região	Junho 2013	Junho 2014	Variação (%)
Sudeste/Centro-Oeste	207,6	417,16	100,9
Sul	204,1	206,12	1,0
Nordeste	207,9	417,11	100,6
Norte	207,7	417,11	100,9

Fonte: Elaboração própria com dados da CCEE.

2. Petróleo

2.1. Produção, Comércio Exterior e Processamento de Petróleo (ANP)

A produção nacional de petróleo, no mês de maio de 2014, foi de 70 milhões de barris equivalentes de petróleo (bep), volume 10% superior ao produzido no mesmo mês do ano anterior. No acumulado do ano, a produção foi 8% superior.

O grau API médio do petróleo produzido em maio de 2014 foi de aproximadamente 24,5°, sendo que 10,0% da produção foi considerada óleo leve (maior ou igual a 31°API), 58,5% foi considerada óleo médio (entre 22°API e 31°API) e 31,5% foi considerado óleo pesado (menor que 22°API).

O volume correspondente ao processamento de petróleo nas refinarias nacionais, em maio de 2014, foi de 70 milhões de bep. Esse volume foi 4% superior ao observado em maio de 2013 e no acumulado do ano.

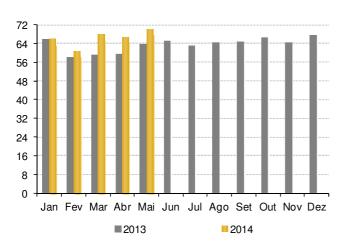
De acordo com a ANP, em maio de 2014, cerca de 92,2% da produção de petróleo do Brasil foi extraída de campos marítimos.



O volume de petróleo exportado pelo País, em maio de 2014, foi de 17 milhões de bep, valor 29% superior ao exportado em maio de 2013. No acumulado do ano, a exportação foi 22% superior ao observado no mesmo período do ano anterior.

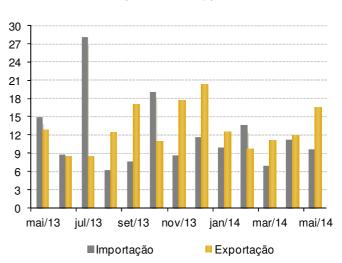
O preço médio do petróleo importado pelo País, em maio de 2014, foi de US\$ 114,89/barril, valor 19% superior ao observado em março de 2013. No acumulado do ano, o preço apresentou queda de 2%.

Produção Nacional de Petróleo (milhões bep)



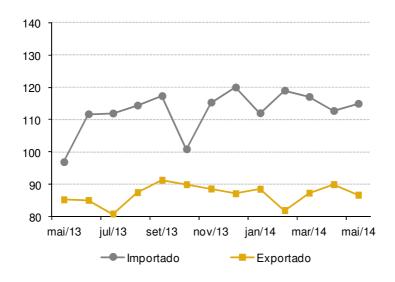
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação vs. Exportação de Petróleo (milhões bep)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Preço Médio do Petróleo Importado e Exportado (US\$ FOB/barril)



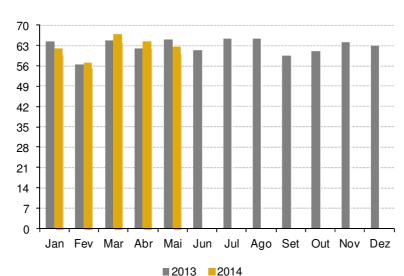


2.2. Produção e Comércio Exterior de Combustíveis Derivados de Petróleo (ANP)

Em maio de 2014, a produção nacional de derivados de petróleo foi de 63 milhões bep (1 bep equivale a 0,15 m³), volume 4% superior ao produzido em maio de 2013. No acumulado do ano, a produção nacional de derivados se igualou a do mesmo período do ano passado.

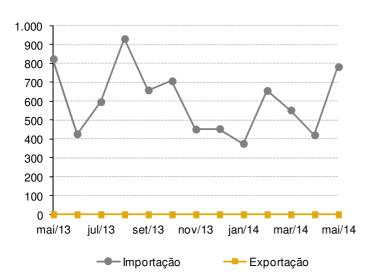
A importação de derivados de petróleo, em maio de 2014, foi de 16 milhões bep, valor 15% inferior ao registrado em maio do ano anterior. No acumulado do ano, a importação observada foi 14% inferior.

Produção de Derivados de Petróleo (milhões bep)



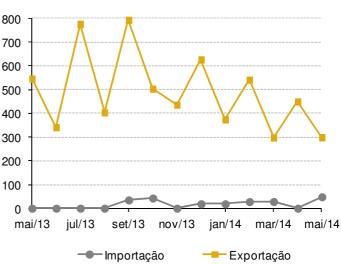
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Nafta (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

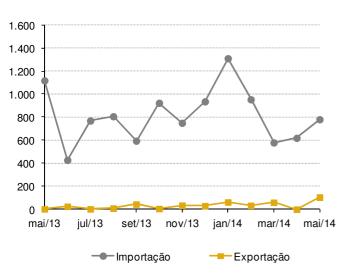
Importação e Exportação de Óleo Combustível (mil m³)





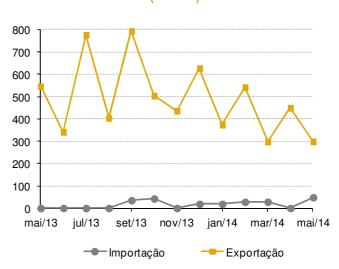
Com respeito à exportação de derivados de petróleo, em maio de 2014, foi constatado um total de 7 milhões bep, o que representa um volume 20% inferior ao observado no mesmo mês de 2013. No acumulado do ano, a exportação foi 2% inferior.

Importação e Exportação de Óleo Diesel (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Gasolina (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.3. Dependência Externa (ANP).

Em maio de 2014, o Brasil registrou uma dependência externa positiva de 3% na balança comercial de petróleo e derivados. Em outras palavras, a importação de petróleo e derivados foi 2 milhões de bep superior à exportação de petróleo e derivados frente a um consumo aparente de 73 milhões de bep. Em maio de 2013, a dependência externa foi positiva em 17%. No acumulado do ano de 2014, foi observada uma dependência de 7%. No mesmo período do ano anterior, a dependência foi de 15%.

Dependência Externa de Petróleo e Derivados (milhões bep)

	Maio/2013	Jan-Mai/2013	Maio/2014	Jan-Mai/2014
Produção de Petróleo (a)	64	308	70	331
Imp. Líq. de Petróleo (b)	2	6	-7	-11
Imp. Líq. de Derivados (c)	11	48	10	37
Consumo Aparente (d)=(a+b+c)	77	361	73	357
Dependência Externa (e)=(d-a)	13	54	2	26
Dependência Externa (%) (e)/(d)	17	15	3	7



2.4. Balança Comercial (ANP).

A balança comercial brasileira de petróleo e derivados, em maio de 2014, apresentou saldo de US\$ -617 milhões FOB. Ou seja, o Brasil importou US\$ 617 milhões FOB a mais do que exportou. No mesmo mês do ano anterior, esse saldo havia sido negativo em US\$ 1,7 bilhão. FOB. No acumulado do ano, a balança comercial de petróleo e derivados apresentou saldo negativo de US\$ 4,6 bilhões FOB.

Balança Comercial de Petróleo e Derivados (milhão US\$ FOB)

	Maio/2013	Jan-Mai/2013	Maio/2014	Jan-Mai/2014
Petróleo				
Receita com exportação (a)	1.097	4.569	1.436	5.397
Dispêndio com importação (b)	1.439	6.457	1.096	5.882
Balança Comercial (c)=(a-b)	-342	-1.888	339	-485
Derivados				
Receita com exportação (d)	849	3.910	734	3.780
Dispêndio com importação (e)	2.180	9.646	1.690	7.931
Balança Comercial (f)=(d-e)	-1.331	-5.736	-956	-4.151
Petróleo e Derivados				
Receita Total com exportação (g)=(a+d)	1.946	8.479	2.169	9.177
Dispêndio Total com importação (h)=(b+e)	3.619	16.102	2.786	13.813
Balança Total (i)=(g)-(h)	-1.674	-7.624	-617	-4.636

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

3. Biocombustíveis

3.1. Produção de Biodiesel (ANP).

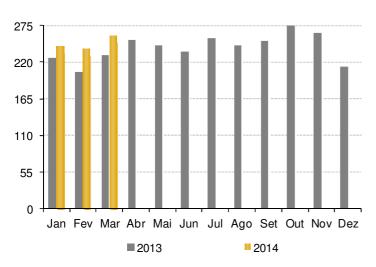
Até o fechamento desta edição a ANP não havia disponibilizado os dados de Produção de Biodiesel. Seguem as últimas informações disponíveis.

A produção nacional de biodiesel, em março de 2014, foi de 259 mil m³, montante 12% superior ao produzido em março de 2013. No acumulado do ano, a produção de biodiesel foi 12% superior.

O preço do óleo diesel (misturado com biodiesel), em maio de 2014, foi de R\$ 2,50/\mathcal{\ell}, valor 7% superior ao observado em maio de 2013.

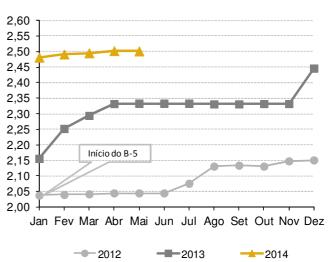


Produção de Biodiesel (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Preço ao Consumidor do Diesel B5 (R\$/\$\ell\$)*



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.
*B2,B3,B4,B5: respectivamente, 2%,3%,4%,5% de biodiesel no óleo diesel

3.2. Álcool

3.2.1. Produção de Álcool e Açúcar (MAPA)

Até o fechamento desta edição o Ministério da Agricultura não havia disponibilizado os dados de Produção de Álcool e Açúcar. Seguem as últimas informações disponíveis.

A safra 2013/2014 produziu, até o dia 30 de março de 2014, 27.902 mil m³ de álcool, sendo 16.116 mil m³ referentes à produção de álcool etílico hidratado (58%). Em relação ao mesmo período da safra 2012/2013, houve um aumento de 17% na produção de álcool hidratado no mesmo período.

A produção total de álcool foi 19% superior em relação ao mesmo período da safra anterior, com aumento na produção do álcool anidro e álcool hidratado.

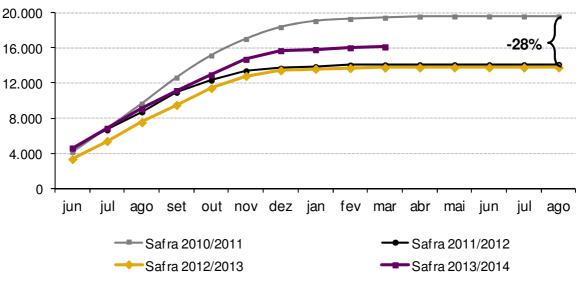
A produção de açúcar apresentou queda. Até 30 de março de 2014, produziu-se 38 milhões de toneladas de açúcar, volume 2% inferior ao observado no mesmo período da safra 2012/2013.

Produção de Álcool e Açúcar - Valores Acumulados

	Safra 2012/2013	Safra 2013/2014	Variação
	(até 30 de março de 2013)	(até 30 de março de 2014)	(%)
Álcool Anidro (mil m³)	9.693	11.786	22
Álcool Hidratado (mil m³)	13.763	16.116	17
Total Álcool (mil m³)	23.456	27.902	19
Açúcar (mil ton)	38.348	37.735	-2



Produção de Álcool Etílico Hidratado (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

3.2.2. Vendas de Álcool Etílico Hidratado (ANP)

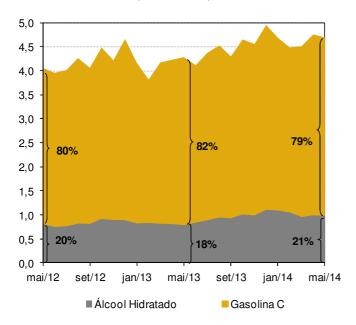
As vendas de álcool etílico hidratado foram de 981 mil m³ em maio de 2014. Esse número representa um aumento de 24% em relação ao volume vendido em maio de 2013. No acumulado do ano, as vendas foram 25% superiores.

As vendas de álcool etílico hidratado representaram 21% do universo de vendas do álcool e da gasolina em maio de 2014. Essa participação foi superior ao observado em maio de 2013 quando as vendas de álcool representaram 18%.

Em maio de 2014, o preço médio ao consumidor do álcool etílico hidratado foi de R\$ 2,16/\ell, valor 5% superior ao registrado em abril de 2013.

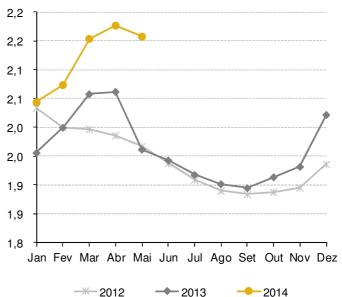


Vendas de Álcool Etílico Hidratado e Gasolina C¹ (milhão m³)



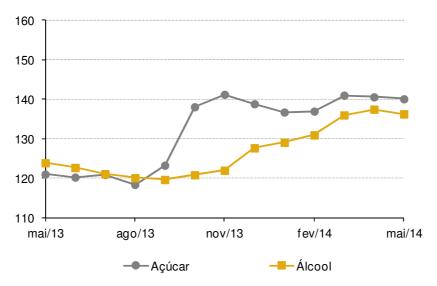
¹Gasolina C: Gasolina A + percentual de Álcool Anidro. Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Preço ao Consumidor do Álcool Etílico Hidratado (R\$/ℓ)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Índice de Preço do Açúcar* e do Álcool Etílico Hidratado (jan/07 = 100)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP e da ESALQ/USP.

^{*} Foi considerado o preço do açúcar cristal observado no Estado de São Paulo, no 1º dia útil de cada mês, divulgado pela ESALQ/USP.



4. Gás Natural

4.1. Produção, Importação e Oferta Interna de Gás Natural (ANP)

A produção nacional diária média de gás natural, em maio de 2014, foi de 85 milhões m³, representando um aumento de 13% comparado à média verificada em maio de 2013. No acumulado do ano, a média foi 10% superior.

A importação de gás natural realizada pelo País, em maio de 2014, foi de 64 milhões m³/dia. A oferta total líquida desse energético, descontando o gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção, naquele mês, foi de 116 milhões m³/dia. Este montante é 10% superior ao observado em maio de 2013. No acumulado do ano, a oferta total do gás natural foi 2% inferior.

A proporção de gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção (E&P) foi de 38% em maio de 2014. Em maio de 2013, essa proporção havia sido de 31%.

Balanço do Gás Natural no Brasil (mil m³/dia)

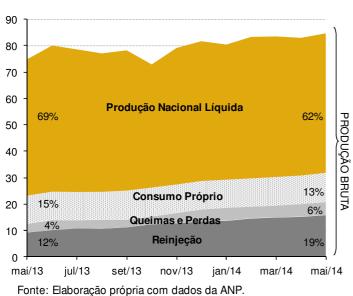
	Média em Maio/2013	Média do período Jan-Mai/2013	Média em Maio/2014	Média do período Jan-Mai/2014
Produção Nacional¹	74.852	75.312	84.537	82.881
- Reinjeção	9.321	9.086	15.881	14.895
- Queimas e Perdas	3.204	3.832	4.735	4.558
- Consumo Próprio	10.817	10.567	11.313	11.046
= Produção Nac. Líquida	51.511	51.825	52.608	52.382
+ Importação	54.211	49.008	63.622	45.977
= Oferta	105.722	100.834	116.229	98.360

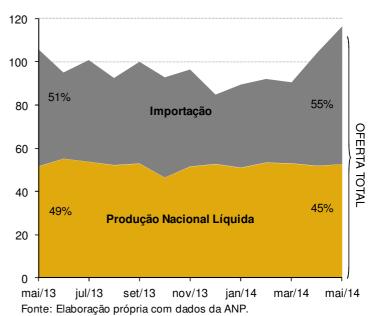
¹Não inclui Gás Natural Liquefeito.



Produção Nacional Bruta de Gás Natural (milhão m³/dia)

Oferta Total de Gás Natural (milhão m³/dia)





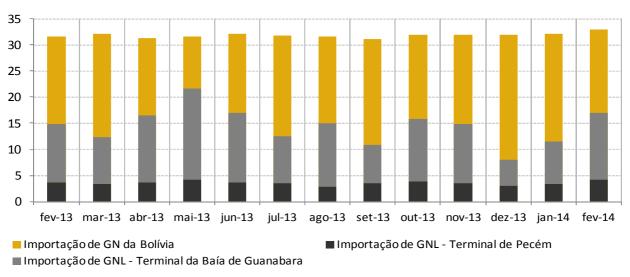
4.2. Importação Média de Gás Natural (MME)

Até o fechamento desta edição o Ministério de Minas e Energia (MME) não havia disponibilizado os dados de Importação Média do Gás Natural. Seguem as últimas informações disponíveis.

A importação média de Gás Natural da Bolívia, em fevereiro de 2014, foi de 33 milhões de m³/dia, volume 4% superior ao observado no mesmo mês de 2013.

Em fevereiro de 2014, a importação média de Gás Natural Liquefeito (GNL) totalizou 21 milhões m³/dia, volume 43% superior ao montante observado em fevereiro de 2013.

Importação de Gás Natural (milhões m³/dia)



Fonte: Elaboração própia com dados do Ministério de Minas e Energia.





4.3. Consumo de Gás Natural (ABEGÁS)

O consumo de gás natural no país em abril de 2014 foi, em média, de 77 milhões de m³/dia. Essa média é 13% superior ao volume médio diário consumido em abril de 2013. No acumulado do ano, o consumo de gás natural apresentou uma variação de 3% superior ao observado de janeiro a abril de 2013.

O setor industrial, em abril de 2014, consumiu 29 milhões de m³/dia de gás natural, sendo 1% superior ao mesmo mês do ano anterior. O resultado é reflexo da recuperação apresentada pela indústria brasileira no início deste ano.

Consumo de Gás Natural por Segmento

	Médio (m	il m³/dia)	Variação %		
	Abril/2014	Abril/2014 Jan-Abr/2014		Acumulado do Ano	
Industrial	28.894	28.399	1	4	
Automotivo	4.936	4.961	-4	-2	
Residencial	998	777	9	-3	
Comercial	771	731	7	6	
Geração Elétrica	36.949	31.922	39	11	
Co-geração*	2.539	2.492	4	1	
Outros	2.141	2.342	-40	-47	
Total	77.228	71.624	13	3	

^{*}O segmento co-geração contempla os consumos de co-geração industrial e co-geração comercial.

Fonte: Baboração própria com dados da Abegás.

O setor da indústria foi responsável por 37% do consumo de gás natural em abril de 2014. A geração elétrica foi o primeiro setor em consumo, responsável por 48% do volume total de gás consumido no mesmo mês. O aumento no consumo de gás para a geração elétrica em comparação com o mesmo mês do ano anterior reflete a atual situação hidrológica do país. Com reservatórios abaixo dos níveis esperados para o período, as térmicas a gás continuam despachando para garantir o atendimento à demanda crescente por energia elétrica.



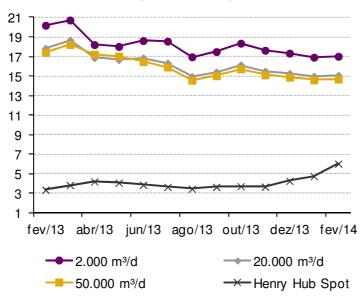
4.4. Preço do Gás Natural (MME).

Até o fechamento desta edição o Ministério de Minas e Energia (MME) não havia disponibilizado os dados de Preço do Gás Natural referentes ao mês de março. Seguem as últimas informações disponíveis.

O preço médio do gás natural ao consumidor industrial, em fevereiro de 2014, foi de US\$ 15,58/MMBTU, valor 16% inferior ao observado em fevereiro de 2013 (US\$ 18,47/MMBTU). Esse valor inclui impostos e custos de transporte.

Em fevereiro de 2014, o preço médio do gás natural no mercado spot Henry Hub foi de US\$ 6,00/MMBTU, valor 80% superior ao apresentado em fevereiro de 2013 (US\$ 3,33/MMBTU). Esse preço não inclui impostos, transporte nem margem do distribuidor e é estabelecido nos dias úteis em negociações para entrega do dia seguinte.

Preço Médio do Gás Natural: Consumidor Industrial¹ e do Mercado Spot Henry Hub² (US\$/MMBtU)



Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério de Minas e Energia e do Governo de Nebraska (EUA).

¹ Preço com impostos e custo de transporte. Média mensal.

² Preço sem impostos e custo de transporte. Média ponderada mensal das cotações diárias.



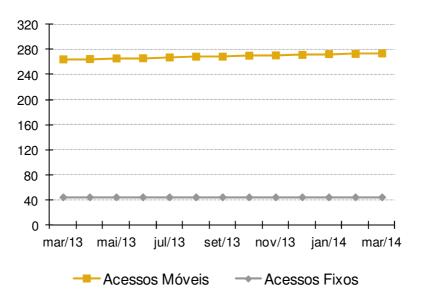
5. Telecomunicações

5.1. Indicadores do Serviço de Telefonia Fixa Comutada e Acessos Móveis (ANATEL)

Em março de 2014, o número de acessos móveis em operação foi de 274 milhões, montante 4% superior ao mesmo mês do ano anterior. O crescimento da quantidade de acessos nos últimos 12 meses tem sido de aproximadamente 0,3% ao mês.

Desde dezembro de 2008, os acessos fixos apresentam tendência de estagnação. Em março de 2014, o número de acessos fixos foi de 44,4 milhões, valor próximo ao averiguado em fevereiro de 2014.

Evolução dos Acessos Móveis e Fixos em Operação (milhão)



Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.

5.2. Serviços Contratados Ativos de Internet Móvel e Fixa (ANATEL)

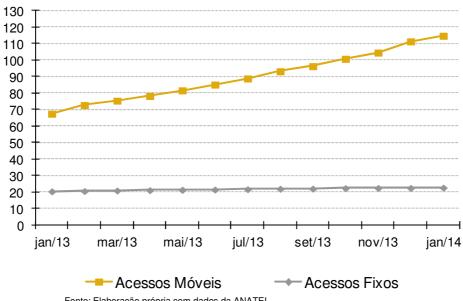
Até o fechamento desta edição a Anatel não havia disponibilizado os dados de Serviços Contratados Ativos de Internet Móvel e Fixa. Seguem as últimas informações disponíveis.

O número total de acessos de internet móvel ativos comercializados em janeiro de 2014 foi de 115 milhões, montante 70% superior ao observado no mesmo período de 2013. Em relação a dezembro de 2013, os acessos de internet móvel foram 3% superiores. Uma pequena parcela desse crescimento se deve à entrada dos dados da rede LTE (4G) que passou a operar desde o início de maio.

Os acessos totais de internet fixa vêm crescendo em ritmo inferior ao observado nos últimos meses. Houve no mês de janeiro de 2014, um total de 22 milhões de acessos, o que representa um crescimento de 11% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Em relação a dezembro de 2013, os acessos à internet fixa foram similares.



Evolução do Total de Acessos ativos de Internet Móvel¹ e Fixa² (milhão)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANATEL

6. Transportes

6.1. Portos Selecionados e Terminais de Uso Privativo (ANTAQ)

Em maio de 2014, a movimentação de granel sólido nos portos públicos e nos terminais de uso privativo (TUPs) teve um aumento de 5% em relação a maio de 2013, e a movimentação de granel líquido aumentou 11% em relação ao mesmo mês do ano anterior.

A movimentação total de cargas nos portos públicos e TUPs, em março de 2014, foi 7% superior em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Em maio de 2014, os TUPs representaram 73% da movimentação total de carga nos portos e terminais. A movimentação total nos TUPs foi de 51.819 mil toneladas, volume 9% superior ao observado em maio de 2014. Os portos públicos movimentaram 23.576 mil toneladas em abril de 2014, volume 1% superior em comparação com mesmo mês do ano anterior.

A quantidade de contêineres movimentados em todos os portos organizados e terminais privados do país em maio de 2014 foi de 754 mil TEUs (twenty-foot equivalent unit), montante 4% inferior em relação ao mesmo mês do ano anterior.

¹ WCDMA, LTE, M2M e Banda Larga Móvel

² Serviço de Comunicação Multimídia (SCM)

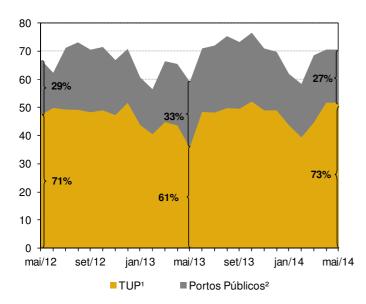


Movimentação Total de Cargas – por natureza* (mil t)

	Perío	odo	Variação %
	Mai/2013	Mai/2014	Mai-2014 / Mai-2013
Granel Sólido (a)	49.468	51.862	5%
Portos Públicos	18.477	17.983	-3%
TUPs	30.991	33.879	9%
Granel Líquido (b)	17.913	19.875	11%
Portos Públicos	3.630	4.471	23%
TUPs	14.282	15.404	8%
Carga Geral Solta (c)	3.250	3.658	13%
Portos Públicos	1.173	1.122	-4%
TUPs	2.077	2.536	22%
Total (a+b+c)	70.631	75.395	7%
Portos Públicos	23.281	23.576	1%
TUPs	47.350	51.819	9%

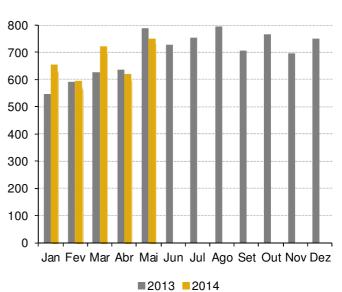
Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.

Movimentação Total de Cargas (milhões t)



Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.

Movimentação Total de Contêineres* (mil TEUs)



Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.

^{*} Terminais de uso privativo (96 instalações) Portos públicos (33 instalações)

¹ Terminais de uso privativo (97 instalações)

² Portos públicos (32 instalações)

¹ Terminais de uso privativo (97 instalações)

² Portos públicos (32 instalações)



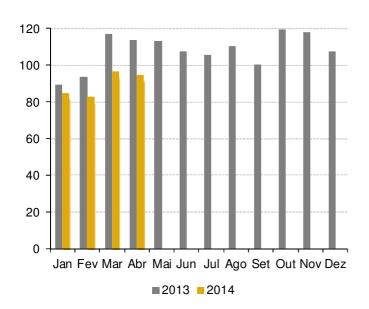
6.2. Transporte Aéreo (INFRAERO)

Devido às concessões dos aeroportos a Infraero reformulou a metodologia de coleta de dados. Seguem as informações referentes à Infraero Cargo junto às informações disponibilizadas pelas concessionárias dos aeroportos de Guarulhos, Campinas e Brasília. Devido a uma alteração na metodologia do aeroporto de Guarulhos, houve uma queda na movimentação de cargas.

Em abril de 2014, 17 milhões de passageiros transitaram pelos principais aeroportos brasileiros, volume 9% superior ao ocorrido no mesmo mês de 2013. No acumulado do ano, esse montante foi 6% superior.

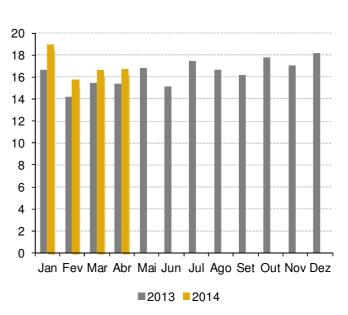
A movimentação de carga aérea total no País, em abril de 2014, foi de 95 mil toneladas, montante 17% inferior ao averiguado no mesmo mês do ano anterior. No acumulado do ano, a movimentação foi 15% inferior.

Movimentação mensal de Cargas (mil toneladas)



Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero Cargo

Movimentação mensal de Passageiros (mil)



Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero Cargo

6.3. Cargas Ferroviárias (ANTT)

A movimentação de mercadorias nas ferrovias, em maio de 2014, foi de 41 milhões de toneladas úteis (TUs), valor 26% superior ao observado no mesmo período de 2013. A movimentação de extração vegetal e celulose foi o setor que apresentou maior crescimento na movimentação de mercadorias transportadas por ferrovias (38%). O minério de ferro correspondeu a 76% do total movimentado em março de 2014.



Movimentação de Mercadorias nas Ferrovias - Mai

Ano	2014	2013	Variação (%)
Mercadoria	Mai (mil TU)	Mai (mil TU)	acum-14/ acum-13
Minério de Ferro	31.620	23.347	35
Soja e Farelo de Soja	3.209	3.296	-3
Indústria Siderúrgica	1.241	1.154	8
Carvão/Coque	1.114	985	13
Produção Agrícola (exceto soja)	960	896	7
Combustíveis e Derivados de Petróleo e Álcool	824	807	2
Extração Vegetal e Celulose	621	449	38
Gráneis Minerais	600	623	-4
Adubos e Fertilizantes	346	382	-9
Conteiner	310	248	25
Indústria Cimenteira e Contrução Civil	297	328	-9
Cimento	245	258	-5
Carga Geral - Não Contein.	13	20	-37
Total	41.402	32.791	26

Fonte: Elaboração própria com dados da ANTT

6.4. Participação dos Modos de Transporte no Comércio Exterior (MDIC)

Em maio de 2014, a movimentação total de exportação e importação realizada no Brasil foi de 67 milhões de toneladas, montante 7% superior ao averiguado em maio do ano anterior. O modo marítimo apresenta a maior participação nas movimentações, com 94% do total.



Movimentação Total (exportação e importação) por modo

	m	il t	Variação %			
Modo	Mai/2014 Jan-Mai/2014		Mai-2014 / Mai-2013	Acumulado do ano		
Marítimo	62.467	267.833	5	4		
Fluvial	2.240	6.258	54	10		
Aéreo	105	519	-4	-10		
Ferroviário	40	209	-17	-20		
Rodoviário	1.054	4.466	7	7		
Outros*	974	4.698	8	-8		
Total	66.880	283.983	7	4		

Fonte: Elaboração própria com dados do MDIC.

7. Investimentos Privados em Infraestrutura

7.1. Desembolsos do BNDES

Em abril de 2014, o desembolso total realizado pelo BNDES na área de infraestrutura (refino e álcool, energia elétrica e gás natural, saneamento, telecomunicações e transporte) foi de R\$ 5,5 bilhões, valor 2% inferior ao aportado em abril de 2013.

Desembolso mensal BNDES

Setor	Abril/2013 R\$ milhão	Abril/2014 R\$ milhão	Variação (%)	Participação %	
Refino e Álcool	1.147	413	-64	7	
Energia Elétrica e Gás Natural	944	824	-13	15	
Saneamento	74	111	50	2	
Telecomunicações	121	2.703	2133	49	
Transporte	3.366	1.488	-56	27	
Aéreo	433	0	-100	-	
Aquaviário	298	11	-96	-	
Terrestre	2.635	1.478	-44	-	
Total Infraestrutura	5.652	5.540	-2	100	

^{*}Linha de transmissão, tubo-conduto, postal, próprio, lacustre.



8. Execução do Orçamento da União (SIAFI)

8.1. Orçamento Geral e de Investimentos da União (Tabela I)

A dotação total autorizada para o Orçamento da União de 2014 foi de, aproximadamente, R\$ 2,4 trilhões. Deste valor, aproximadamente R\$ 83 bilhões correspondem à alínea "investimentos", o que representa 3% do orçamento total de 2014.

Entre os órgãos superiores, o Ministério dos Transportes detém o maior orçamento de investimentos, em valor absoluto, R\$ 15,8 bilhões o que representa 19% da sua dotação total.

Do orçamento de investimentos da União para 2014, foram empenhados, até 30 de junho, R\$ 29,0 bilhões, o que representa 34% da dotação autorizada. Até o dia 30 de junho, foram liquidados R\$ 5 bilhões e pagos do orçamento aproximadamente R\$ 3,8 bilhões. Já o pagamento total, incluindo os restos a pagar pagos no período, soma R\$ 27,5 bilhões.

8.2. Orçamento Geral e de Investimentos do Ministério dos Transportes (Tabelas I e II)

Do montante de R\$ 15,8 bilhões autorizados para os investimentos do Ministério dos Transportes em 2014, foram empenhados R\$ 6,5 bilhões (41% da dotação). Até o dia 30 de junho, foi liquidado e pago R\$ 1,2 bilhão do orçamento. Já o pagamento total, incluindo os restos a pagar pagos no período, soma R\$ 5,7 bilhões.

Cerca de 79% dos recursos autorizados para investimentos do Ministério dos Transportes (R\$ 12,5 bilhões) estão destinados ao setor rodoviário. O restante está dividido entre os setores ferroviário (R\$ 2,3 bilhões, ou 15%), hidroviário (R\$ 233 milhões) e outros (R\$ 770 milhões). A modalidade portuária apresenta empenho de 9 milhões e uma execução de restos a pagar pagos no valor de R\$ 10 milhões até dia 30 de junho.

8.3. Restos a Pagar – Orçamento de Investimentos (Tabela III)

O Ministério dos Transportes inscreveu, em 2014, cerca de R\$ 472 milhões em restos a pagar processados. A União inscreveu, aproximadamente, R\$ 7,7 bilhões de restos a pagar processados. Em relação aos restos a pagar não-processados, o Ministério dos Transportes tem R\$ 13,6 bilhões inscritos, enquanto a União tem R\$ 79,1 bilhões de restos a pagar não-processados inscritos para 2014.

Do volume total de restos a pagar inscritos pelo Ministério dos Transportes, 28% foram pagos até 30 de junho (excluídos os cancelamentos). No caso da União, os pagamentos correspondem a 35% do total de restos a pagar inscritos.



9. Programa de Aceleração do Crescimento – PAC (SIAFI) (Tabela IV)

Para 2014, o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC apresenta dotação de R\$ 61,8 bilhões no orçamento da União, de acordo com o SIAFI. Desse total, foram alocados 35% no Ministério das Cidades (R\$ 21,6 bilhões) e 24% no Ministério dos Transportes (R\$ 14,6 bilhões), principais executores do chamado "PAC Orçamentário", que considera somente os recursos do Orçamento Geral da União.

No âmbito do PAC, a União empenhou R\$ 29 bilhões (47% do orçamento autorizado) e liquidou R\$ 7,5 bilhões até 30 de junho. Foram pagos R\$ 7 bilhões do orçamento de 2014. Os restos a pagar pagos somaram, aproximadamente, R\$ 22 bilhões. Restam R\$ 45,5 bilhões em restos a pagar não pagos nos projetos do PAC Orçamentário.



ANEXOS

Tabela I - Execução Orçamentária da União - OGU 2014 Investimentos - Por Órgão Superior

Valores em final de período - atualizados até 30/06/2014*

R\$ milhão

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Presidência da República	1.738	184	11	37	2	37	2	223	260	759
MAPA	1.181	190	16	2	0	0	0	478	479	941
MCTI	1.364	383	28	217	16	110	8	355	465	841
MDIC	168	30	18	10	6	10	6	30	40	57
ММЕ	146	170	117	49	33	48	33	53	100	34
M. Transportes	15.817	6.520	41	1.196	8	1.163	7	4.583	5.746	8.346
M. Comunicações	61	16	26	1	2	1	2	47	48	116
MMA	183	50	27	5	2	5	2	39	43	91
MDA	685	260	38	23	3	16	2	2.368	2.384	1.972
M. Defesa	9.497	5.361	56	1.588	17	1.131	12	4.317	5.448	3.124
M. Int. Nacional	7.678	2.117	28	283	4	190	2	1.394	1.584	5.030
M. das Cidades	10.133	1.519	15	164	2	164	2	1.368	1.532	13.126
Outros**	34.539	11.840	34	1.359	4	975	3	8.391	9.366	26.216
Total	83.189	28.639	34	4.934	6	3.849	5	23.646	27.495	60.652

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

Tabela II - Execução Orçamentária do Ministério dos Transportes – OGU 2014 Investimentos – Por Modalidade

Valores em final de período - atualizados até 30/06/2014*

R\$ milhão

Modalidade	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Ferroviário	2.325	1.270	55	474	20	472	20	598	1.070	729
Hidroviário	233	144	62	2	1	2	1	18	20	325
Portuário	0	9	0	0	0	0	0	10	10	10
Rodoviário	12.488	4.973	40	701	6	670	5	3.814	4.484	6.874
Outros	770	125	16	19	2	19	2	143	162	408
Total	15.817	6.520	41	1.196	8	1.163	7	4.583	5.746	8.346

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

^{*}Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

^{**} Inclui Câmara dos Deputados, Senado, TCU, STF, STJ, Justiça Federal, Justiça Militar, Justiça Eleitoral, Justiça do Trabalho, Justiça do DF e Territórios, Ministério Público da União, Ministério do Planejamento, Ministério da Fazenda, Ministério da Educação, Ministério da Uustiça, Ministério da Previdência Social, Ministério da Relações Exteriores, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e do Emprego, Ministério da Cultura, Ministério do Esporte, Ministério do Desenvolvimento Social.

Valores menores que R\$ 1milhão não estão descritos na tabela.

^{*}Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.



Tabela III - Demonstrativo dos Restos a Pagar Inscritos em 2014

Restos a Pagar Processados

Valores em final de período - atualizados até 30/06/2014*

R\$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	472	-1	396	76
União	7.674	-243	3.764	3.667

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

Restos a Pagar Não-Processados

Valores em final de período - atualizados até 30/06/2014*

R\$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	13.639	-1.182	4.187	8.270
União	79.146	-2.279	19.882	56.984

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

Tabela IV - Execução Orçamentária da União - OGU 2014 PAC - Por Órgão Superior

Valores em	final de períod	do - atualizados a	até 30/06/2014*

R\$ milhão

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Presidência da República	3.717	982	26	612	16	608	16	778	1.386	760
M. Planejamento	2	1	33	0	12	0	12	0	0	0
MAPA	0	0	0	0	0	0	0	187	187	484
MCTI	0	0	0	0	0	0	0	21	21	11
M. Fazenda	80	0	0	0	0	0	0	0	0	80
MEC	6.629	5.594	84	56	1	55	1	1.848	1.903	4.961
MDIC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
M. Justiça	0	1	0	1	0	1	0	4	4	0
M. Minas e Energia	247	260	105	87	35	79	32	134	214	179
M. Saúde	2.397	596	25	424	18	165	7	562	727	3.175
M. Trabalho e Emprego	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0
M. Transportes	14.646	6.582	45	1.211	8	1.178	8	4.935	6.113	8.450
M. Comunicações	1	0	0	0	0	0	0	24	24	8
M. Cultura	166	53	32	2	1	1	1	174	175	372
M. Meio Ambiente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
MDA	38	4	10	1	3	1	3	2.109	2.110	1.311
M. Esporte	601	304	51	27	4	27	4	242	268	1.093
M. Defesa	4.943	4.185	85	1.333	27	907	18	2.666	3.574	1.315
M. Integr. Nacional	6.067	1.886	31	255	4	164	3	1.140	1.303	3.184
M. Turismo	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1.578
M. Desenv. Social	643	37	6	35	5	35	5	405	440	341
M. Cidades	21.584	8.276	38	3.427	16	3.427	16	6.958	10.385	18.218
Total	61.767	28.762	47	7.471	12	6.648	11	22.188	28.836	45.525

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

Documento elaborado com dados disponíveis até 07 de julho de 2014.

^{*} Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

^{*}Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Valores menores que R\$ 1milhão não estão descritos na tabela.

^{*} Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração